TJCE Notícias Nº 14



Tribunal homenageia Sepúlveda Pertence

"Esse gesto de reconhecimento, não é somente em virtude de sua inestimável contribuição para o engrandecimento da Justiça brasileira, mas, acima de tudo, por sua irrepreensível trajetória de homem público", disse o Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, Desembargador Fernando Ximenes, ao homenagear o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), José Paulo Sepúlveda Pertence, com a medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua, a mais alta honraria concedida pelo Tribunal.

Com grande repercussão na mídia cearense, a homenagem aconteceu no último dia 05/09, em sessão solene no Pleno do Tribunal, na presença de ministros, deputados federais e estaduais, desembargadores, senadores, procuradores, advogados, magistrados, além da presença do Governador do Estado, Cid Gomes. "Sepúlveda sempre teve uma ligação muito forte com o Estado do Ceará, participando de todos os grandes eventos; inclusive, já foi distinguido com os títulos de Cidadão Cearense e Cidadão de Fortaleza", explica Ximenes.

"Sigo convencido de que a luta valeu a pena. Renovo meus agradecimentos a todos que me honraram com a presença nesta cerimônia, em especial ao mestre Paulo Bonavides, cuja presença me sensibiliza", disse Sepúlveda, emocionado, ao receber a Medalha, em reconhecimento aos relevantes

serviços prestados à magistratura nacional e a toda a sociedade brasileira.

Trajetória

Mineiro de Sabará, Sepúlveda Pertence nasceu no dia 21 de novembro de 1937. Aos 23 anos, tornouse bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), conquistando a medalha Rio Branco. Durante o curso de graduação, participou do movimento estudantil, chegando a ser 1º vicepresidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Já advogado, foi vice-presidente do Conselho Federal da OAB e em 15 de março de 1985, foi nomeado

Sepúlveda foi nomeado ministro da Suprema Corte no dia 4 de maio de 1989 - na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Oscar Dias Correia. - pelo Presidente José Sarney. A posse ocorreu no dia 17 de maio do mesmo ano. Ele exerceu a presidência do STF no período de abril de 1995 a maio de 1997. Em agosto de 2007 requereu sua aposentadoria, após 18 anos na Suprema Corte. A vida e a carreira de Sepúlveda foram marcadas pela luta intensa em prol da consolidação da democracia. Recebeu

várias condecorações, destacando-se

Procurador-Geral da República.

a Ordem do Rio Branco (Grã-Cruz); Ordem do Mérito das Forças Armadas (Grande Oficial); Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial); Medalha da Inconfidência (Grã-Cruz) e Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grã-Cruz).



Medalha Clóvis Beviláqua

Clóvis Bevilágua nasceu em 4 de outubro de 1859, em Viçosa do Ceará. Era jurista, filósofo, e tornou-se uma das figuras mais veneradas e reconhecidas nacional e internacionalmente em virtude de sua grande contribuição ao Direito brasileiro. Foi ele quem redigiu o primeiro projeto do Código Civil nacional. Em seu discurso, o Desembargador Ximenes disse que Beviláqua "produziu obra de gênio pelo domínio do conhecimento específico implicado, desde a sua nascente grego-romana, até os então novos tempos iluminados, sob o irradiante império da razão".



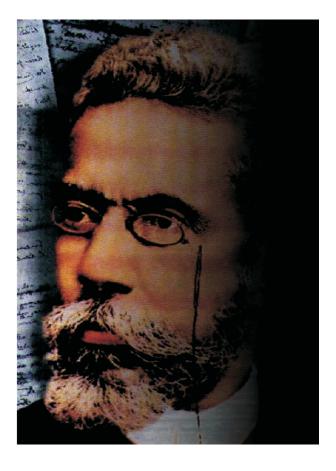
TJCE NOTÍCIAS

Edição Especial

Boletim Interno - Ano II - Nº 14 - Fortaleza, setembro de 2008

Tribunal homenageia Machado de Assis

O Centenário de Morte do escritor Machado de Assis inaugura um projeto cultural que o Tribunal de Justiça do Ceará está implantando. A idéia é inédita e tem como objetivo identificar, incentivar e valorizar os talentos culturais do Judiciário cearense, levando arte e literatura ao cotidiano dos servidores, magistrados e desembargadores da Justiça Estadual. Págs. 03, 04 e 05.



Em busca da excelência



O Tribunal de Justiça do Ceará colhe os primeiros frutos do seu planejamento estratégico implantado na gestão do desembargador Fernando Ximenes. Equilíbrio financeiro, economia de recursos e aumento da arrecadação possibilitaram, em menos de dois anos, um grande salto de qualidade na estrutura e no funcionamento da máquina do Judiciário.

Págs. 06, 07,08 e 09.

Leia mais:

audiências de conciliação para pagamento de Precatórios	pág. 10
epúlveda Pertence recebe Medalha Clóvis Beviláqua	pág. 12
rtigo: juiz Michel Pinheiro ressalta importância da conciliação	pág. 11

TJCE Notícias Nº 14

Editorial

Planejar é preciso...

Ao definirmos como meta prioritária de nossa gestão a busca pelo aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, reconhecendo-a como atividade-fim da Justiça, vimo-nos diante do grande desafio de remodelar a "máquina administrativa", fazê-la andar ao ritmo do que exige a sociedade, cada vez mais informada e informatizada, consciente e, por isso mesmo, mais exigente de seus direitos. Como fazê-lo, era o desafio. Não nos preocupava o empenho de servidores, juízes e também de meus pares, desembargadores, pois, estando nesta casa há 14 anos, percebia a preocupação e a disposição de todos em colaborar com a tarefa que estávamos assumindo. O que me angustiava era a forma de fazê-lo, em tão pouco tempo e com tão poucos recursos.

Em meio a essas preocupações, surgiu a idéia do planejamento estratégico, como ponto de partida para a empreitada, que começou com a reforma administrativa, com a alteração da estrutura da "máquina", para torná-la menos burocrática e mais eficiente. Os problemas eram muitos, e não apenas no Ceará, mas em todo o Poder Judiciário no Brasil, frutos de anos de burocracia e precário gerenciamento, quadro que está a mudar nos últimos anos, graças ao esforço dos administradores, impulsionados pelas jovens e ousadas idéias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que não tem poupado esforços nem recursos para nos apoiar na nobre missão de aperfeiçoar o Poder Judiciário.

Precisávamos, pois, eleger prioridades. O planejamento tornouse necessidade urgente e inadiável. Contudo, não poderíamos fazê-lo sozinho, pois, como nos diz Hannah Arendt, "ninguém, por mais forte que seja, pode realizar alguma coisa, boa ou má, sem ajuda de outros". Buscamos, assim, reunir o quadro de servidores, de juízes e desembargadores, para que discutíssemos o que fazer nestes dois anos, que efetivamente resultasse em melhorias do serviço da Justiça

estadual.

O enxugamento da "máquina", a organização administrativa, o saneamento das finanças, a qualificação profissional e a celeridade processual que testemunhamos hoje em seus primeiros passos, são resultado de ações apontadas nesses encontros. A partir deles, identificamos os principais problemas e elegemos as prioridades.

Enquanto mudanças eram implementadas na estrutura administrativa e funcional do Iudiciário, preocupava-nos não estar dando aos servidores e magistrados um componente que consideramos fundamental para o crescimento integral do homem: a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, através do contato com a arte, com a literatura etc. Hoje, tentamos preencher essa lacuna com a criação de um grupo gestor de cultura, e em pouco tempo já temos respostas positivas. Trazer a esta Casa intelectuais para discutir o brilhante Machado de Assis é a prova de que trilhamos o caminho certo.

Embora todos esses resultados nos animem, sabemos que muito ainda há por fazer e muito há que corrigir, porque planejar não significa que não erraremos, mas que erraremos menos. É este o sentimento que temos hoje e a convicção de que, aqui, não fizemos senão plantar sementes. Fazê-las vingar e dar à sociedade as respostas que ela vem exigindo é o desafio que deixamos aos próximos administradores e servidores. Cabe-lhes, portanto, preservar o que acertamos, corrigir o que não nos foi possível e velar para que o Poder Judiciário cearense continue forte e altivo em sua missão de contribuir para a edificação de uma sociedade realmente democrática e

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Tribunal Pleno

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha - Presidente

Des. Rômulo Moreira de Deus - Vice Presidente e Diretor do Fórum Clóvis Bevilágua

Des. José Cláudio Nogueira Carneiro - Corregedor Geral da

Des. Ernani Barreira Porto

Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque

Des. João de Deus Barros Bringel

Desa. Huguette Braquehais

Desa. Gizela Nunes da Costa

Desa. Maria Celeste Thomaz de Aragão

Des. José Arísio Lopes da Costa

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido

Des. João Byron de Figueiredo Frota

Des. Ademar Mendes Bezerra

Desa. Mariza Magalhães Pinheiro

Desa. Edite Bringel Olinda Alencar

Des. Maria Iracema do Vale Holanda

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Desa. Maria Sirene de Souza Sobreira

Des. Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes

Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes

Des. Lincoln Tavares Dantas

Des. Celso Albuquerque Macêdo

Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva

Desa, Lúcia Maria do Nascimento Fiúza Bitu

Des. Francisco Sales Neto

Des Raul Araújo Filho

Bomfim Cavalcante Carneiro - Secretário Geral

Sílvio Braz Peixoto da Silva - Consultor Jurídico

Newton Rodrigues Sousa - Secretario de Finanças

Chrystianne dos Santos Sobral - Secretária Judiciária

José Bonifácio de Sousa Filho - Secretário de Administração José de Ribamar da Silva - Sec. de Tecnologia da Informação

Francisco Alfredo da Silveira Fortuna - Ass. Esp. da Presidência

José Wilton Bessa Macêdo Sá - Assessor de Planejamento

Francisca Rejane de Araújo Felipe - Aud. Chefe do Con. Interno

Vólia Rocha - Assessora de Imprensa

Antonio Carlos Pontes Barreto - Assessor de Cerimonial

Expediente

Editora-chefe: Vólia Rocha Redatores: Edson Gomes, Luciberto Forte, Francisco José e Andréa Costa. (Estagiários Concepção gráfica: Eduardo Torres Fotógrafo: Carlos Eugênio. Impressão e acabamento: Parque Gráfico do TJCE

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Assessoria de Imprensa Tel.: 3216.2847/2531 Fax:3216.2512 E-mail:imprensa@tj.ce.gov.br Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima S/N - Centro Administrativo Cambeba - Fortaleza-CE CEP: 60.830-120

TJCE Notícias Nº 14

Opinião



Uma forma de Conciliar por Michel Pinheiro

Cabe ao Poder Judiciário promover o que for necessário para dirimir os litígios postos ao seu exame. E a forma mais rápida de materializar isto é propondo formas de alcançar a conciliação. Dentro de um discurso ético, a cada pessoa é dado o direito de agir, podendo fazer tudo aquilo que não prejudica a liberdade ou o direito dos outros. Dito isto, está-se aplicando uma medida simples para obter a pacificação: audiência informal com as partes, separadamente, ou seja, sem que uma delas ouça o que é dito à outra. Estou

certo de que tal medida pode surtir bons efeitos nos juizados especiais cíveis e criminais, vez que eles tratam das causas menores, de valores até 40 salários mínimos. Durante cada sessão, é feita exposição das vantagens do acordo. Em geral, para cada devedor é informado que a conciliação trará a vantagem de evitar que seu nome seja levado a serviços de proteção de crédito - instrumento que as empresas utilizam para retirar os maus pagadores da possibilidade de comprarem parceladamente -, além de mostrar a satisfação de conseguir conforto moral, pois a grande maioria das pessoas sofre quando está devendo.

Além disso, as pessoas também não gostam de dar motivos para que outras falem sobre um mal que elas causaram ninguém aprecia a notícia de que pessoas estão criticando suas falhas. Para cada credor é debatida a condição econômica do devedor e discutidas as possibilidades de viabilizar o acordo.

Evidentemente cabe mostrar que a transigência é a forma mais racional de ver o crédito satisfeito, pois de nada adianta avançar no processo de execução se não há bens do devedor para cobrir a dívida. Tem-se assim conseguido convencer os credores de que o recebimento de pequenas quantías é um bom negócio por se encaixar no orçamento dos devedores. Credores e devedores, sentindo-se bem orientados, abrem o espírito para a conciliação.

Michel Pinheiro é Juiz titular do JECC de Tauá - Ceará



Avaliar o desempenho do servidor público: um problema? por Marcelo Maia

O Art. 37 da Constituição Federal trata de princípios que devem nortear a administração pública brasileira. O princípio da eficiência determina que o agente público proceda visando à modernização administrativa da instituição e à otimização dos serviços prestados à sociedade. Uma medida administrativa que contribui para alcançar estes objetivos é a avaliação de desempenho, cada vez mais percebida como parte de um processo maior de gestão, que permite rever estratégias, processos de trabalho e políticas de recursos humanos.

No entanto, mesmo que a CF determine a modernização contínua da gestão pública, e mesmo que ideologias estratégicas indiquem que a avaliação de desempenho pode ser uma prática benéfica à Administração Pública, a atual estrutura deste setor oferece resistências à utilização desses instrumentos e ideologias. Note-se, porém, que com a ausência da avaliação de desempenho, funcionários com evidente histórico de mérito profissional podem ser negligenciados e deixar de ser devidamente reconhecidos. Em contrapartida, no que depender da inexistência desta avaliação, funcionários com mau desempenho também deixam de ser revelados como tal, fato que dificulta a tomada de providências

Para Lívia Barbosa (Antropóloga Social - Universidade Federal Fluminense), o serviço público brasileiro reflete parte da cultura do país quanto a valores sociais ligados à prática de avaliação de desempenho profissional. Devido a esses valores, alguns integrantes do serviço público repudiam os instrumentos que se propõem a mensurar

seus desempenhos, interpretando-os como indignos e ofensivos. Como exemplo desta resistência, é comum se observar servidores afirmando que "por já serem concursados, já foram avaliados". Ora, se o concurso visa basicamente o ingresso do servidor no setor público, como pode este procedimento ser evocado a cumprir papel de avaliador rotineiro de desempenho tendo o mesmo ocorrido, por exemplo, há vários anos? É importante notar que percepções como essa podem indicar a presença de um sistema de avaliação de desempenho desestruturado e desprovido de critérios capazes de revelar reais méritos profissionais, o que, consequentemente, pode resultar na falta de legitimação do servidor para com esse sistema de avaliação deficiente ou, muitas vezes, inexistente.

Uma mudança organizacional, advinda da tentativa de reversão desta problemática, pode ser fruto de pressão social ou mercadológica, de união de entidades de classes ou de posicionamento estratégico dos dirigentes. Quanto ao serviço público brasileiro, no entanto, sua própria configuração administrativa, marcada ainda por traços de patrimonialismo e por uma reforma burocrática sequer completada, apresenta-se como empecilho a ser superado.

No entanto, instituições públicas podem ser capazes de apresentar alternativas a esses empecilhos quando se focam no entendimento de que o servidor público necessita ter seu bom desempenho profissional reconhecido. Assim, essa se mostra como possível via a ser percorrida rumo à gradativa melhoria do atendimento às demandas sociais por parte do serviço público.

Marcelo Maia é Técnico Judiciário de Entrância Especial, lotado na Assessoria de Planejamento, e atualmente cursa Mestrado em Administração Pública e Governo (FGV/SP).



A diferença dentro da diferença por Kylber Alves de Oliveira

Assim é como defino a paralisia cerebral, de que fui afetado no parto por falta de médicos. A realidade é que este fato

tem me obrigado a viver fora de uma normatização da sociedade, ou pelo menos a me adaptar para melhor buscar meus objetivos, mais precisamente a minha

Na sociedade em que vivemos, o que vale é a perfeição, incorporamos a cultura do belo, fruto de uma herança que acompanha a própria evolução da humanidade. Posso citar o grande filósofo Platão, para o qual as pessoas portadoras de deficiência, as PPD's, não possuíam alma. O PC (Paralisado Cerebral) é um caso interessante e instigante, pois ele consegue ver o mundo como ele é, mas o mundo não consegue vê-lo em sua essência; o PC é como um caso de diferença dentro da diferença, talvez o mais estigmatizado entre os PPD's. Muitas vezes somos confundidos, pela dificuldade motora e problema de diccão, com um deficiente mental ou um bêbado. Isso acarreta inúmeras consequências para a vida pessoal de um PC; a sexualidade e a afetividade ficam comprometidas, não por falta de capacidade, mas por falta de sensibilidade e compreensão do companheiro ou companheira. As dificuldades são ainda maiores quando se trata do campo profissional, pois o PC se tornou quase não empregável, salvo raras e louváveis exceções.

Mudar uma mentalidade de séculos é na verdade uma tarefa bastante difícil e complexa, mas não esqueçamos que grandes saltos da humanidade partiram das situações de diferenças e da busca de suas superações, hoje, nosso grande desafio.

Kylber Alves é Funcionário do TJCE e Acadêmico do curso de Filosofia da UECE

Informe-se

Processos julgados

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) julgou 6.910 processos e proferiu 7.221 decisões monocráticas no 1º semestre deste ano. A estatística representa um aumento de 49% do número de processos julgados e 106% em relação às decisões monocráticas, quando comparado com o 1º semestre de 2007, isto é, 4.627 ações julgadas e proferidas 3.495 decisões. Os dados foram divulgados pelo Serviço de Estatística e Jurisprudência do Departamento de Serviços Judiciários de Apoio do TJCE.

Livro

O juiz Marcelo Roseno de Oliveira, titular da 3ª Vara da Comarca de Sobral, lançou o livro Direito Eleitoral — R e f l e x õ e s s o b r e t e m a s contemporâneos. A obra trata de temas a tua is e polêmicos, como a inelegibilidade fundada na vida pregressa desabonadora, inelegibilidade por desaprovação de contas dos gestores públicos, captação ilícita de sufrágio, entre outras.

Turmas Recursais

As seis Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECC) contabilizaram, no período de janeiro de 2007 a julho de 2008, o julgamento de 3.733 recursos. Nas Turmas Recursais trabalham 18 magistrados da Capital, divididos em seis turmas, com três juízes em cada uma, sob a coordenação do Juiz de Direito Mário Parente Teófilo Neto, titular da 10ª unidade do JECC em Fortaleza.

Cursos

Quatro novas turmas para cursos de especialização estão sendo ofertadas pela ESMEC: Direito Constitucional, Direito Privado, Processo Civil e Gestão de Processo e Administração Judiciária. A Instituição oferece, também, cursos de atualização (Processo Penal, Violência Doméstica e Familiar, Lei Maria da Penha, além de seminários especiais) destinados a magistrados, servidores e público externo. As préinscrições podem ser feitas até o dia 30 do corrente mês.

Maria da Penha

A violência doméstica e a Lei Maria da Penha foram debatidas durante três dias no auditório da Escola Superior da Magistratura do Ceará (ESMEC). Em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), a Instituição promoveu curso multidisciplinar intitulado "Violência Doméstica e a Lei Maria da Penha", para magistrados e membros do Ministério Público.

Semana do Servidor

Em homenagem ao Dia do Funcionário Público – 28 de outubro – o Tribunal de Justiça do Ceará programa uma semana de ações culturais e artísticas, no período de 27 a 31 de outubro. O objetivo é fortalecer a interação entre os servidores, proporcionando oportunidades para a revelação de talentos e contribuindo para a melhoria do clima organizacional.

Coral lançará CD

O Coral dos Servidores do Tribunal de Justiça, que acaba de comemorar 13 anos de criação, prepara o lançamento de CD, contendo 10 músicas. Formado por 18 integrantes, entre servidores e terceirizados, o grupo comemorou seu aniversário de fundação no último dia 19 de setembro com recital na Sala de Convivência. Criado na gestão do Desembargador José Ari Cisne, atualmente é regido pelo maestro Júlio César Silva de Sousa e tem participado, ativamente, das atividades culturais da instituição, com apresentações em diversos eventos.



Integrantes do Coral em solenidade na Sala de Convivência do TJCE

Pagamento de Precatórios

Quatorze acordos para as partes em 15 audiências. Este é o resultado das duas sessões de conciliação programadas para o pagamento de precatórios, ocorridas nos dias 26/08 e 11/09. As próximas audiências de conciliação para o pagamento de precatórios estão agendadas para 30 de setembro e 16 de outubro deste ano.

O Desembargador Fernando Ximenes e o Governador Cid Gomes assinaram, dia 27/08, convênio que determina as diretrizes segundo as quais as audiências são realizadas. O convênio estabelece que o Estado do Ceará compromete-se, inicialmente, a apresentar propostas de conciliação nos precatórios pendentes de pagamento, cujos requisitórios foram expedidos até o de número 31.134/2000, no caso dos alimentares, e de número 10.866/99, na hipótese dos não-alimentares, de acordo com a disponibilidade financeira existente na referida conta judicial aberta para esse fim.

Todas as audiências conciliatórias estão sendo realizadas na Central de Conciliação do TJCE, perante o juiz e na presença do representante do Estado do Ceará.

Revista Acta Literária

O Tribunal de Justiça do Ceará e a Academia Fortalezense de Letras (AFL) assinaram convênio para a publicação da Revista Acta Literária. Produzida pela Academia, o impresso reunirá trabalhos de escritores cearenses e, principalmente, de acadêmicos. A Revista será impressa no Parque Gráfico do Tribunal, portanto, sem custos para a Academia.

O acordo garante a publicação, na Revista, de trabalhos literários dos magistrados e servidores do Judiciário cearense. O convênio foi assinado dia 02/09, entre Desembargador Fernando Ximenes e o Presidente da Academia Fortalezense de Letras, Ednilo Gomes Soárez. O recém eleito Presidente da entidade, empresário João Soares Neto, também assinou o documento.

A proposta é desenvolver ações conjuntas que incentivem o desenvolvimento cultural de Fortaleza, mediante publicações, cursos de literatura, concursos literários, formação de bibliotecas, exposições, palestras e tudo que possa promover a inclusão social pela cultura e pelo conhecimento.

Centenário de Morte de Machado de Assis marca movimento cultural no TJCE

Ciente da importância da arte e da cultura como instrumentos de integração e formação humanizada, o Tribunal de Justiça do Ceará instituiu o Grupo Gestor de Cultura e a Comissão de Ação Cultural com a finalidade de identificar, fortalecer e incentivar valores culturais no Judiciário cearense.

Segundo Anne Heyd Mourão de Oliveira, coordenadora da Comissão, a iniciativa é inédita e traz aos servidores a perspectiva de um conhecimento que eleva o espírito, enobrece a alma, despertando talentos para a poesia, a música, a literatura, proporcionando um novo olhar ao cotidiano dos servidores da Justiça.

O ponto alto das atividades do projeto cultural do TJCE, que inclui diversas atividades envolvendo servidores, juízes e desembargadores, é a homenagem ao Centenário de morte de Machado de Assis. Para o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, também um leitor assíduo do homenageado, a Justiça deve estar sintonizada e aberta para novas visões.



A homenagem inclui exposição das obras de Machado de Assis do acervo particular dos Desembargadores Gizela Nunes Costa e Francisco Sales Neto, dos servidores do TJCE, Lucíola e Celso, do Presidente do Instituto do Ceará, José Augusto Bezerra e do professor do Departamento de Literatura da Universidade Federal do Ceará, José Linhares Filho, que profere palestra sobre o escritor. Para Linhares

Filho, o livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas" representa uma das produções que mais exprimem a mensagem filosófica do autor, mensagem esta que ele define como "o ódio entranhado à existência, a negação da vida pelo que de imperfeito e infeliz esta encerra, fazendo os homens egoístas, ferozes, animalizados, sofredores, e o mundo áspero, adverso, pesado, opressor".

Projetos Culturais

Ações executadas

- -Revitalização do Coral do TJCE
- -Revitalização da Sala de Convivência
- -Exposição: "A Educação para Cidadania e Estímulo ao Patriotismo"

Ações em execução

- -Homenagem ao Centenário de Morte do Escritor Machado de Assis
- -Estruturação do curta metragem "Sentinela Perpétua", sobre a história e memória do Tribunal de Justiça.
- Preparação do Memorial Virtual.
- Estruturação do grupo de Teatro do Tribunal de Justiça
- Cadastramento dos talentos do Tribunal de Justiça para Semana do

Servidor:

- CD musical do Coral do Tribunal de Justica

Ações a executar

- Semana do Servidor, no período de 27 a 31/10/08
- -Comemoração do 4º aniversário da Ouvidoria em 28/10/2008, com o Lançamento do CD do Coral do Tribunal de Justiça
- -Lançamento do Projeto do Sesquicentenário de Clóvis Beviláqua, na atual gestão e desenvolvimento de alguns projetos abaixo relacionados:
- -Editoração e Exposição do Catálogo dos Escritores do TJCE
- -Lançamento da Campanha: "Amar e

- Doar Livros" para Biblioteca Des. Jaime de Alencar Araripe
- -Projeto de resgate ao acervo de gravação da memória dos Desembargadores aposentados e sua continuidade
- -Inauguração do Auditório "Dom Aloísio Lorscheider" e galeria dos expresidentes
- -Projeto sexta-feira da arte, levando o servidor para no seu horário de descanso, ouvir música, filmes, teatro, palestras motivacionais....
- -Homenagear Desembargadores que irão se aposentar
- -Lançamento do curta metragem "Sentinela Perpétua"

O homenageado

O carioca Joaquim Maria Machado de Assis nasceu em 21 de junho de 1839. A sagacidade e perseverança, que desde muito jovem acompanharam Machado, se fazem presentes até hoje na obra que é considerada uma das mais brilhantes do cenário nacional, Memórias Póstumas de Brás Cubas, destaque entre seus diversos livros publicados. Ele se tornou um dos maiores nomes da literatura brasileira. Cronista, contista, dramaturgo, jornalista, poeta, novelista e romancista, Machado era autodidata.

Aos 16 anos, em 1855, fez seu primeiro trabalho literário, o poema "Ela", publicado na revista Marmota Fluminense. Em sua trajetória junto às letras, prossegue como aprendiz de tipógrafo na Imprensa Nacional, onde teve Manuel Antônio de Almeida como tutor intelectual, passando a escrever nas horas livres. Seu primeiro livro impresso foi a tradução intitulada "Queda que as mulheres têm para os



tolos". Publica seu primeiro livro de poesia, "Crisálidas", em 1864, seguido de seu romance inaugural, "Ressurreição", de 1872.

A primeira peça teatral do bem sucedido homem das letras brasileiras foi escrita especialmente para a comemoração do tricentenário de Camões, em festividades programadas pelo Real Gabinete Português de Leitura, em 1880. O local da encenação foi o Imperial Teatro Dom Pedro II.

Em 1881, publica "Memórias Póstumas de Brás Cubas", livro original e pouco convencional para o estilo da época, considerado o marco do realismo na literatura brasileira, juntamente com "O Mulato", de Aluísio de Azevedo.

As obras do autor vão do romantismo ao parnasiano-realismo. Tiveram destaque e continuam tendo por seus personagens que fizeram a história da literatura brasileira. Em sua bibliografia, uma carreira intensa com 51 volumes. Atualmente suas obras são constantemente republicadas em vários países e têm sido adaptadas para o cinema e para a TV.

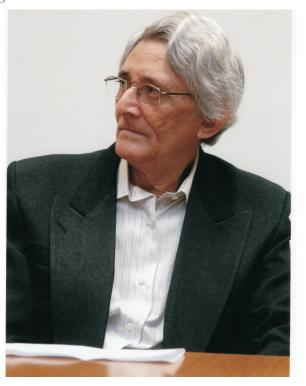
O palestrante José Linhares Filho

Nasceu em Lavras da Mangabeira (CE), em 1939. Poeta e ensaísta crítico, Professor de Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Ceará, tendo chegado a Professor Titular, Mestre em Literatura Portuguesa pela UFRJ, Doutor em Letras Vernáculas (área de Literatura Portuguesa) pela mesma Universidade, Membro Efetivo da Academia Cearense de Letras desde 1980 e da Academia de Letras e Artes do Nordeste, Sócio da Associação Internacional de Lusitanistas e da Associação Brasileira de Literatura Comparada, Sócio Correspondente do Instituto Cultural do Vale Caririense, agraciado com o Prêmio Estado do Ceará de Ensaio (1986) e de Poesia (1987). Pesquisador na Universidade Clássica de Lisboa (1987), Coordenador da Casa de Cultura Portuguesa da UFC (1991), do Curso de Pósgraduação em Letras da UFC (1993), Professor Visitante na Universidade de Colônia (Alemanha, 1995) e na Universidade Técnica de Aachen (Alemanha, 1995 e 2000). Colaborador,

entre outras, da revista Colóquio/Letras, de Lisboa; Revista Brasileira, da Academia Brasileira de Letras e Literatura de Brasília. Comunicador em vários congressos e

encontros literários como na Kentucky Foreign Language Conference (Lexington, U.S.A., 1999). Detentor do Diploma do Mérito Cultural, concedido pela Academia Brasileira de Filologia (Rio de Janeiro) "por sua magnífica atuação a favor do desenvolvimento cultural do Brasil" (2007). Publicou seis livros de ensaio, dois sobre Machado de Assis, dois sobre Fernando Pessoa, um sobre Miguel Torga e um sobre Drummond, e "Itinerário: trinta anos de poesia" (1998), este englobando seis livros, antes editados separadamente, de poemas. Além desses livros, "Notícias de Bordo: poemas selecionados", e "Cantos de Fuga

e Ancoragem". Integrou o Grupo Sin de Literatura, da geração de '60 do Ceará. Figura em doze antologias poéticas editadas no País. Autor da letra do hino de sua cidade natal.



Finalidade do FERMOJU

Criado pela Lei nº 11.891, de 20 de dezembro de 1991, o FERMOJU está subordinado ao TJCE e tem como finalidade suprir o Poder Judiciário de recursos para fazer frente às despesas com ampliação, reforma e manutenção de fóruns, aquisição de novas ferramentas de informática, implementação dos serviços na Justiça de 1º e 2º Graus, elaboração e execução de planos, programas e projetos para o desenvolvimento e descentralização dos serviços judiciários.

O Fundo é uma entidade própria, juridicamente independente, com registro de CNPJ e CGF, não recebendo transferência de recursos institucionais de nenhum órgão. Tem como fontes de arrecadação: 100% das taxas judiciárias; um percentual das receitas de custas judiciais dos cartórios e dos emolumentos de protestos, escrituras e registros públicos; 25% do valor das penas pecuniárias aplicadas nos processos criminais; as multas aplicadas pelos juízes nos processos cíveis; taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Poder Judiciário, entre outras; além dos recursos originários da área judicial.

O FERMOJU também administra, fiscaliza e recupera os recursos variáveis arrecadados, com

acompanhamento dos 630 cartórios ativos no Estado e os depósitos judiciais. Anualmente elabora relatório de sua gestão que é fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), Assembléia Legislativa e pelo próprio TJCE.

Economia de recursos

Graças a um planejamento estratégico bem elaborado e consistente, a equipe de gestores do Tribunal conseguiu alcançar o equilíbrio financeiro de suas contas através do FERMOJU, que recuperou sua capacidade de investimento, com acréscimo na arrecadação em cerca de 40% em relação ao período de janeiro a junho de 2007.

Para tanto, foi instituído o Comitê de Gestão e Programação Financeira, órgão de assessoramento da Presidência. Uma forma inteligente e responsável de gerir a aplicação dos recursos do Judiciário, tendo como objetivo velar pelas boas práticas administrativas, fundadas na transparência, participação, integração, economicidade e descentralização. Tem ainda a função de fixar limites financeiros, controlar gastos, apreciar as licitações e opinar sobre a celebração de contratos e convênios. O Comitê é coordenado pelo Secretário-Geral e formado pelos Secretários de Administração, de

Tecnologia da Informação e de Finanças; e pelo Auditor-Chefe do Controle Interno e pelos Assessores Especial e de Planejamento.

O trabalho do Comitê possibilitou a racionalização da despesa de custeio da estrutura administrativa. Segundo dados da Secretaria de Finanças, no biênio 2005/2006 as despesas de custeio do Tribunal foram de R\$ 80 milhões; no período de 2007 até setembro de 2008 foi de 73 milhões, o que representa uma redução de R\$ 7 milhões. No mesmo período houve um aumento na arrecadação de recursos próprios no valor de R\$ 30 milhões, ou seja, 86%. Em 2005/2006 foram arrecadados 35 milhões e em 2007/2008, R\$ 65 milhões. Já foram investidos no biênio 2007/2008 R\$ 30 milhões, o que representa um incremento de R\$ 18 milhões, isto é, 150% a mais, se comparado ao biênio de 2005/2006, quando foram registrados R\$ 12 milhões.

Contas saneadas e aumento na arrecadação possibilitaram ao Tribunal de Justiça a renovação da frota de veículos, propiciando economia de combustível e com manutenção, além do investimento da ordem de R\$ 3 milhões na compra de novo mobiliário, fundamental para o uso racional e inteligente dos espaços, facilitando assim o fluxo das rotinas de trabalho. Os móveis já estão sendo instalados nos departamentos e setores do Tribunal de Justiça.





Além disso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) doou para o PROJUDI 1.991 equipamentos no valor de 4 milhões de reais.

A implantação de servidores mais modernos possibilitou a criação do Diário da Justiça *on line*, garantindo amplo acesso a todas as decisões administrativas e jurídicas do Poder Judiciário.

Outra medida relevante que será implantada em todas as unidades do Poder Judiciário, até o próximo mês de dezembro, é a suíte de aplicativos do BR Office (*software* livre) em substituição à suíte de escritórios atual, permitindo assim uma economia de R\$ 2,5 milhões para o Judiciário cearense.

Processo Judicial Eletrônico

Celeridade, segurança e redução das custas processuais estão entre as principais vantagens da implantação do Processo Judicial Digital (Projudi) - que substitui o papel pelos meios eletrônicos. De acordo com estudo feito por técnicos na 17^a Unidade do Juizado Especial, localizada na Parangaba, o custo aproximado de um processo caiu de R\$ 5,34 para R\$ 3,17, o que representa uma economia de 40% em cada ação que ingressa na Justiça através desse sistema. Além disso, o tempo de tramitação passou de 74 dias no processo tradicional, para 64 dias em média no processo digital, reduzindo os procedimentos em 10 dias, levando-se em consideração o intervalo que vai do ajuizamento até o arquivamento da ação.

Como funciona o Projudi

O link do Projudi está disponível no portal do Tribunal de Justica (www.tjce.jus.br), na seção de processo. O interessado em utilizar esse serviço deve comparecer previamente à unidade judiciária para ser cadastrado, quando serão concedidos uma senha para acessar o sistema e um certificado eletrônico (assinatura digital). A partir de então, estará autorizado a praticar todos os atos processuais que lhe são próprios, podendo acessar o sistema de seu escritório e protocolar petições iniciais, recursos e digitalizar os documentos necessários. Os advogados serão intimados por meio eletrônico, obrigando-se a acessar o Projudi pelo menos uma vez a cada dez dias. Após cadastradas, as partes também poderão acessar o sistema de suas casas e acompanhar o andamento dos seus processos.

O Tribunal já implantou o Projudi nos 20 juizados da Capital (e um anexo), nas 19 unidades dos Juizados do Interior, além das seis Turmas Recursais.

Reformas e Construções

A Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça vai investir cerca de R\$ 13 milhões em novos fóruns até fevereiro de 2009. Em agosto foram iniciadas as obras de construção do novo Fórum da Comarca de Caucaia,

cujo valor está estimado R\$ 5,9

milhões, com previsão para ser concluído no primeiro semestre de 2009. O novo Fórum terá 2.873m² de área construída, dois pisos onde serão instaladas seis varas, um salão do Júri com capacidade para 162 pessoas, celas para presidiários, um sistema de ar condicionado centralizado de última geração e estacionamento coberto para os magistrados. Também prevê condições de acessibilidade para os portadores de necessidades especiais, como rampas, elevadores e banheiros projetados para deficientes e sinalização de piso para os deficientes visuais.

Também já foram concluídas as obras de construção, reforma e ampliação de fóruns, juizados especiais e residências oficiais, em Fortaleza e nas comarcas do interior do Estado, somando investimentos no montante de R\$ 636,3 mil. Somente em reformas e ampliação de imóveis do Poder Judiciário já foram gastos R\$ 1,5 milhão. "Os projetos de construção dos fóruns de Limoeiro do Norte, Mombaça, Tauá, Itapipoca, Itapajé e Cascavel estão em fase de licitação, devendo ser finalizados em janeiro de 2009", diz o engenheiro responsável pelas obras, Sílvio Gentil Campos Júnior.

É importante destacar que todos os recursos aplicados na construção e reforma das unidades da Justiça estadual são oriundos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERMOJU).

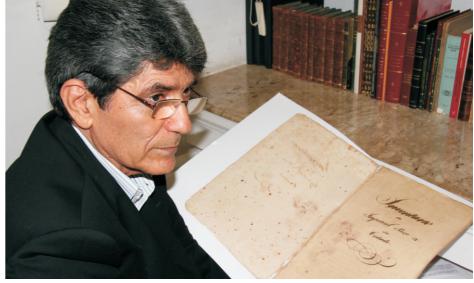
José Augusto Bezerra: O prazer de colecionar raridades.

Ler e colecionar livros e raridades nistóricas é uma devoção para o Professor

históricas é uma devoção para o Professor José Augusto Bezerra, Presidente do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), um dos colaboradores do Tribunal de Justiça na exposição de livros de Machado de Assis, marcando o centenário de morte do escritor.

A sensação primeira, ao sermos recebidos pela amável senhora Bernadete Bezerra, na sala principal do apartamento onde reside o casal, é a de que se adentra um santuário de raridades históricas. Elegantemente dispostas em recantos e paredes, encontram-se peças de arte e livros, muitos livros, enormes vasos chineses, um quadro de Paulo Dicastro, sobre os "vikings", datado de 1987, que pertenceu à comitiva do Ex-Presidente Îoão Batista Figueiredo; em um aparador, a recém chegada coleção de 45 livros de Humberto de Campos, adquirida num leilão promovido pela família do escritor, no Rio de Janeiro.

Mas a surpresa maior vem ao se ultrapassar a porta de vidro que leva à biblioteca do Professor. Ali, cuidadosamente dispostas em prateleiras brancas, as maiores raridades literárias e históricas que o esmerado colecionador exibe com um prazer indisfarçável. Livros que ele começou a colecionar quando tinha ainda 15 anos de idade. Entre as preciosidades, a primeira Constituição do Império, promulgada em 1824; a primeira edição completa de Os Lusíadas; a Cartilha Imperial com a qual D. Pedro II iniciou



seus estudos, datada de 1851; o original do Código Brasiliense; a maior coleção de dicionários; a maior coleção da Impressão Régia e uma das maiores coleções de manuscritos do país, entre outras.

São 23 mil livros distribuídos entre as bibliotecas de sua casa e as do Instituto que funciona vizinho. Entre as publicações, um livro de sua autoria, sobre Alexandre, o Grande, a quem descreve como um general com formação filosófica, pois o jovem macedônio fora discípulo de Sócrates.

A dedicação do Professor não se limita aos livros, segue além. Participa ele de diversas entidades com trabalhos relacionados à literatura. Presidente do Instituto Histórico e da Associação Brasileira de Bibliófilos, é também membro da Academia Cearense de Retórica, da Academia Cearense da Língua Portuguesa, da Academia Fortalezense de Letras e membro da Academia Maçônica de Letras do Estado do Ceará.

Embora imerso em múltiplas atribuições, o Prof. José Augusto Bezerra abriu espaço em sua agenda para prestigiar o evento do TJ, em homenagem ao Centenário de morte de Machado de Assis, selecionando seis obras do escritor para a exposição. "Iniciativas como esta são um exemplo para toda a sociedade. É uma semente que está sendo lançada e que dará frutos. Valorizar e disseminar a cultura é um exemplo que outras entidades podem e devem seguir", diz.

Posse no Instituto do Ceará

O Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) (IC) vai empossar como sócio efetivo o Desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE). A posse ocorrerá às 19 horas do dia 10 de outubro do corrente ano, sexta-feira, na sede do Instituto, localizada na Rua Barão do Rio Branco, 1.594, no Centro.

Eleito por unanimidade, em reunião realizada no dia 21 de maio de 2008, o Desembargador vai ocupar a cadeira de nº. 14, que pertenceu a Rubens de Azevedo, falecido no dia 17 de janeiro deste ano. Com 40 membros efetivos, o Instituto foi fundado no dia 4 de maio de 1887, tendo, portanto, 121 anos de existência. O Presidente do TJ será saudado pelo sócio efetivo José Filomeno de Moraes Filho.

Para Fernando Ximenes, o Instituto tem prestado um grande trabalho em prol da preservação da história do Ceará. "Foi uma das mais gratas satisfação ter o meu nome lembrado para participar dessa Instituição, pela qual tenho o maior respeito".

Fundadores

Sociedade civil de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelo Decreto federal nº. 94.364, de 22 de maio de 1987, e Lei estadual nº. 5.784, de 13 de dezembro de 1983, o Instituto tem por finalidade específica o estudo da História, Geografia, Antropologia e das ciências correlatas, particularmente do Ceará.

O primeiro presidente do IC foi Paulino Nogueira Borges da Fonseca (4.3.1887 a 15.6.1908). Hoje, o Instituto é presidido por José Augusto Bezerra, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), que substituiu o jornalista Manoel Eduardo Pinheiro Campos, presidente até 19 de setembro de 2007, data de seu falecimento. Augusto Bezerra assumiu a presidência do IC no dia 1º de outubro do ano passado

Os 12 sócios fundadores foram Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Joakim de Oliveira Catunda, Juvenal Galeno da Costa e Silva, Virgílio Brígido, João Batista Perdigão de Oliveira, Antonio Bezerra de Menezes, Barão de Studart (Guilherme Studart), João da Frota, José Sombra, Virgílio Augusto de Moraes, Antonio Augusto de Vasconcelos e Júlio César da Fonseca Filho. TJCE Noticias № 14

Desenvolvimento Estratégico

Metas projetadas...

Uma revolução silenciosa e bastante produtiva vem acontecendo no Tribunal de Justica do Estado do Ceará nestes quase dois anos de gestão, cuja marca se desenha, por ações responsáveis em busca do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, com foco no compromisso com a cidadania. Modernização do Poder Judiciário, investimento em tecnologia da informação, economia de recursos e aumento da arrecadação, equilíbrio das finanças e transparência em todos os atos praticados. Estas são algumas das metas perseguidas e conquistadas pela equipe de gestores do TJCE que, sob a liderança do Desembargador Fernando Ximenes, criaram um novo paradigma para a justiça estadual cearense.

Reforma administrativa

O ponto de partida da empreitada para o fortalecimento do Poder Judiciário cearense foi a reforma administrativa, implantada logo no início de 2007, que redimensionou a estrutura gerencial, fundindo setores, criando novas secretarias e definindo ações estratégicas que identificaram situações-problema e apontaram soluções. Os resultados são comprovados através dos dados. Em 2006 o Servico de Estatística do Tribunal registrou 35.037 processos distribuídos. Em 2007, quando foi implantada a reforma, esse número saltou para 44.440, ou seja, um incremento de 26%. Até julho de 2008 já foram distribuídas 14.473 ações.



As mudanças promovidas pela Secretaria Judiciária, como a otimização dos procedimentos inerentes Divisão de Distribuição, criação do Servico de Cálculos Judiciais e a racionalização dos procedimentos visando à celeridade processual, possibilitaram um aumento do número de ações julgadas em até 75%. Outra medida que contribuiu para celeridade foram as intimações do Ministério Público, agora feitas no próprio Tribunal de Justiça (anteriormente os autos eram encaminhados à Procuradoria Geral de Justiça).

Além disso, a Secretaria disponibilizou 100% da jurisprudência desta Corte (com o aperfeiçoamento das ferramentas de busca via internet e intranet), bem como a otimização do fluxo de publicação de acórdãos (anteriormente o procedimento levava até 45 dias para circulação dos acórdãos no Diário da Justiça; atualmente, após a liberação do conteúdo dos acórdãos pelos gabinetes, estes são publicados no tempo máximo de 03 dias).

Tabelas Processuais

Por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Poder Judiciário estadual está implantando as Tabelas Processuais Unificadas, idealizadas com o fito de facilitar e agilizar a alimentação do Sistema de Controle Processual - SPROC, proporcionando maior fidelidade no fornecimento de dados estatísticos relativos ao programa Justiça em Números. Para operar as referidas Tabelas, implantadas desde 29/09/08, os servidores realizaram treinamento nos dias 23, 24 e 25 de setembro na ESMEC e no Fórum Clóvis Beviláqua.

Ampliação do quadro e PCCV

A reforma também viabilizou o atendimento de demandas antigas, como o Adicional de Qualificação (AQ) para os servidores que atendem aos requisitos, concedendo um aumento que incide sobre o vencimento-base nos percentuais de 60%, 80% e 100%. Ao todo, 652 servidores já foram beneficiados com o AQ.

Outra iniciativa da Presidência, bastante aplaudida, foi a remoção de 358 servidores de comarcas do interior para o Tribunal de Justiça, Fórum Clóvis Beviláqua, e vice-versa, ou entre comarcas. Atualmente está em andamento a apreciação de outros processos de pedido de remoção.

Relativamente à execução do atual Plano de Cargos e Carreiras do Quadro III do Poder Judiciário, foi implantada, no exercício de 2007, a promoção funcional automática, beneficiando 243 servidores. Em janeiro de 2008 foi implantada a progressão por antiguidade, favorecendo 866 funcionários. Atualmente a Comissão Permanente de Ascensão Funcional está analisando a documentação, apresentada pelos servidores que visam à ascensão funcional mediante progressão por desempenho.

Também merece destaque o reforço no quadro de servidores com a

Modernização do Parque Tecnológico

R\$ 19 milhões Investimento do TJCE em tecnologia

> 3.481 Novos micros adquiridos

174 Links Aumento de velocidade (Kbps) da rede

R\$ 2,5 milhões De economia com o BR Office em 2008

realização do Concurso Público para provimento de 200 vagas em cargos de nível médio (55 vagas) e superior (145). Foram inscritos 26.149 mil candidatos. As provas ocorrerão no próximo dia 12 de outubro, nas cidades de Crato, Fortaleza, Iguatu, Limoeiro do Norte, Quixadá e Sobral.

Capacitação dos servidores

Visando a valorização, a capacitação e a permanente reciclagem dos funcionários, o Tribunal adotou uma política de treinamento por meio de cursos para todos os funcionários, inclusive os do

Interior do Estado através do Projeto de Interiorização de Treinamento e Desenvolvimento — Printed. Foram capacitados no biênio 2007/2008 2.291 servidores do Judiciário por meio de diversos cursos, dos quais 1.579 em 2007 e 712 até junho deste ano.

Outra meta perseguida pela gestão e que está prestes a ser concretizada é a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos servidores do Judiciário cearense. O Plano está em fase de conclusão por uma comissão nomeada especificamente para este fim. Atualmente a Divisão de Folha de Pagamento está a elaborar estudo de impacto financeiro.

Valorização do estágio

O Setor de Estágio do Tribunal passou por uma grande reforma e ampliou o número de oportunidades de estágios para os estudantes. Ao todo, 12 Instituições de Ensino Superior da Capital e do Interior mantêm convênios com o Tribunal. O Judiciário conta com 217 estagiários que recebem bolsa no valor de R\$ 380,00 para uma carga horária de 20h semanais.

Modernização tecnológica

...metas alcançadas

Depois de mais de dez anos sem atualização, o parque tecnológico da rede de comunicação do Poder Judiciário está sendo totalmente modernizado e ampliado. Foram adquiridos 3.481 novos computadores de última geração, totalizando investimento de R\$ 7,5 milhões, dos quais 1006 computadores estão sendo instalados no Tribunal, 35 na Corregedoria e 1.090 nas comarcas do Interior do Estado e nos Juizados Especiais. Todos os computadores antigos estão sendo recolhidos e substituídos. É importante destacar que já foi concluída a licitação para a compra de 1.350 computadores para o Fórum Clóvis Bevilágua. Também foi ampliada a velocidade de rede de 64kbs para 512kbs, na Capital e nas comarcas do interior Estado. O aumento da velocidade duplicou nas varas únicas sem juizado; nas varas com juizado quadruplicou: Caucaia, Crato, Juazeiro do Norte e Maracanaú; e em Sobral, a velocidade aumentou até oito vezes.

Foram adquiridos 2.550 cópias de anti-vírus, 1.000 cópias de anti-span, 1.045 estabilizadores, 1.540 leitores de códigos de barra, 500 nobreaks e 10 racks. De acordo com o Secretário de Tecnologia da Informação, José de Ribmar da Silva, ao todo, o Tribunal investiu R\$ 19 milhões em tecnologia.

